

# RECURSOS DO FPM

## DEPENDÊNCIA OU MORTE

No 7 de Setembro, mostramos o peso da verba no cofre das cidades

### SOBREVIVÊNCIA AMEAÇADA

O Fundo de Participação dos Municípios responde por mais de 1/3 do orçamento de 17 prefeituras do Espírito Santo. Sem receita própria, o repasse constitucional, que deveria ser apenas uma ajuda, tornou-se vital para grande parte das cidades capixabas:

#### PARTICIPAÇÃO DO FPM NA RECEITA CORRENTE



NO VERMELHO

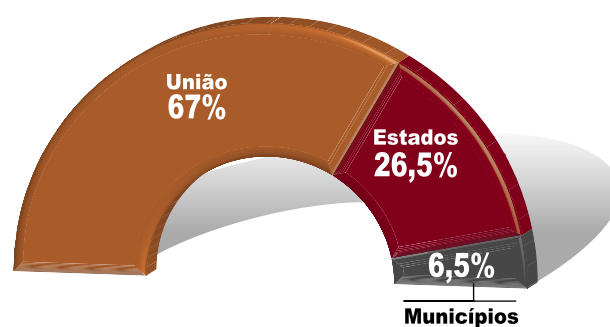
Divino São Lourenço	36,8%	Pancas	31,4%
Muqui	35%	Marilândia	30,8%
Mantenópolis	33,2%	Bom Jesus do Norte	31,2%
Água Doce do Norte	31,1%	Itarana	31,2%
Alto Rio Novo	31,5%	Apiacá	30,9%
Governador Lindenberg	31%	Rio Novo do Sul	30,6%
São Roque do Canaã	32,8%	Vila Valério	30,1%
Pedro Canário	32,7%	Itaguaçu	30,1%
Laranja da Terra	32,3%		



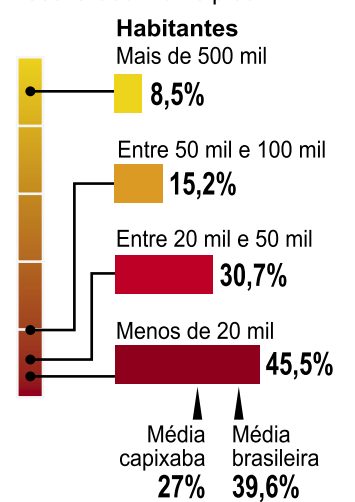
NO AMARELO

Dores do Rio Preto	29,9%	Vila Pavão	27,5%	Conceição do Castelo	26,3%	Iconha	23,7%
Irupi	29,8%	Mimoso do Sul	27,4%	Alegre	25,4%	Fundão	23,4%
São José do Calçado	29,7%	Lúna	27,4%	João Neiva	25,3%	Atílio Vivácqua	23%
Ponto Belo	29,5%	Muniz Freire	27,2%	Ibitirama	25,2%	Castelo	22,7%
Ibatiba	29%	Sooretama	27,1%	Venda Nova do Imigr.	25%	Rio Bananal	22,5%
Santa Leopoldina	28,4%	Mucurici	26,9%	Vargem Alta	24,5%	Águia Branca	22,3%
Ibiraçu	28,2%	Brejetuba	26,8%	Pinheiros	24,5%	Nova Venécia	21,9%
Boa Esperança	28%	São Domingos do Norte	26,7%	Barra de São Francisco	24,4%	Piúma	21,6%
Alfredo Chaves	27,8%	Afonso Cláudio	26,5%	Ecoporanga	24,2%	Santa Teresa	21,4%
Montanha	27,8%	São Gabriel da Palha	26,4%	Baixo Guandu	24%	Domingos Martins	20,8%
Jerônimo Monteiro	27,6%	Marechal Floriano	26,4%	Guaçuí	23,8%	Santa Maria de Jetibá	20,7%

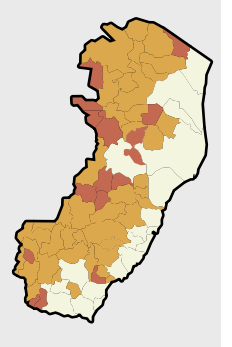
#### PARA ONDE VAI O DINHEIRO ARRECADADO NO BRASIL



#### DADOS NACIONAIS Percentual do FPM na receita dos municípios



#### RADIOGRAFIA



Fontes: Revista Finanças dos Municípios Capixabas 2013 e Instituto Aquila

A Gazeta - Ed. de Arte - Genildo

ABDO FILHO  
afilho@redgazeta.com.br

Estrangulados por um sistema tributário e por um pacto federativo que concentra a arrecadação nas mãos da União – 67% dos impostos recolhidos no país têm Brasília como destino final – e muitas responsabilidades nas costas das prefeituras, os municípios estão cada vez mais dependentes da principal transferência constitucional do Brasil, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Em 2011, 45,5% da receita orçamentária das cidades com menos de 20 mil habitantes (são 3.452 num universo de 5.564 em todo o Brasil) eram provenientes do FPM. Ao todo, o fundo representa 39,6% da receita de todos os municípios do Brasil. Em Estados do Nordeste e em

Minas Gerais, esse percentual supera os 50%.

O Espírito Santo – analisados os dados de 2012, ou seja, ainda sem contabilizar os efeitos das mudanças realizadas no Fundap – vive realidade um pouco menos complicada, mas que está longe de ser tranquila. Dados da revista Finanças dos Municípios Capixabas de 2013 mostram que em 17 das 78 cidades (uma em cada cinco) do Estado, o FPM responde por mais de 30% da receita. Em outros 44 o percentual está entre 20% e 29,9%. Divino São Lourenço, no Caparaó, é o que está na pior situação, 36,8% da receita vêm do FPM

E onde é que está o problema de tal dependência? O principal deles é que trata-se de um dinheiro essencial para os municípios – principalmente os menores, que não têm dinâmica

### SEM SAÍDA

“Os municípios com menos de 50 mil habitantes, 80% do Espírito Santo, têm dependência enorme”

DALTON PERIM  
PRES. DA AMUNES

**45,5%**  
da receita

O FPM responde por quase metade do dinheiro das cidades pequenas.

econômica suficiente para turbinarem a arrecadação própria –, mas seu recolhimento não é gerenciado pela municipalidade. A origem do FPM está em dois tributos: IPI (Imposto

sobre Produtos Industrializados) e Imposto de Renda. De tudo o que é arrecadado com eles, 23,5% vão para as prefeituras. De 2008 para cá, na tentativa de amenizar os efeitos da crise econômica no país, o governo federal reduziu o IPI para uma série de setores produtivos, por tabela, os municípios viram suas arrecadações minguarem.

### CIDADÃO SOFRE

Levantamento feito pelo Instituto Aquila mostra que a corda está só apertando. No ano passado, nos municípios com menos de 20 mil habitantes, a despesa total cresceu, em média, 7,8%, enquanto que a receita avançou apenas 1,4%. O FPM, em 2012, teve uma expansão de 3,15%, ou seja, abaixo da inflação dos últimos anos. “A situação é bem ruim.

Como as despesas municipais sobem muito mais do que a arrecadação, mais de 50% das prefeituras não têm recursos para nada além de pagar funcionários públicos e contas de saúde e educação. Não sobra nem um centavo para investimentos, o que é crítico para o Brasil”, adverte Leonardo Rischele, sócio do Instituto Aquila.

A preocupação é compartilhada pelo presidente da Associação dos Municípios Espírito Santo, Dalton Perim. “Quem sofre mais são os menores, que têm pouco dinamismo econômico, poucas fontes de arrecadação e várias demandas a serem atendidas. Os municípios com menos de 50 mil habitantes, 80% do Espírito Santo, têm uma dependência enorme dos repasses”.

O dirigente, que defende a descentralização da arrecadação de tributos,

diz que neste ano a situação se complicou ainda mais. “Com as mudanças do Fundap (de janeiro para cá os repasses para as prefeituras caíram 66%), a entrada de dinheiro caiu forte, e a dependência do FPM só vai aumentar”.

Tânia Villela, diretora da Aequus Consultoria e responsável pela revista Finanças dos Municípios Capixabas, defende repasses maiores para os municípios. “Nosso sistema está montado desta forma, não é fácil mudar, por isso defendo repasses maiores. Hoje, o FPM engloba apenas IPI e IR. Contribuições criadas pela União de 1988 para cá também tinham quem entrar nesta conta. Temos de lembrar que educação infantil e básica, além da atenção básica à saúde, estão nas costas dos municípios, não é pouca coisa”.